

A produtividade dos sufixos do ponto de vista diacrônico

Mário Eduardo Viaro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VIARO, ME. A produtividade dos sufixos do ponto de vista diacrônico. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 275-292. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



A produtividade dos sufixos do ponto de vista diacrônico¹

Mário Eduardo VIARO
Universidade de São Paulo

Introdução

O conceito atual de *produtividade*, utilizado pela morfologia, é, ao mesmo tempo, consabido e paradoxal. Consabido, porque sua compreensão – dependente, na verdade, de alguns meandros teóricos que se ocultam em pressupostos nem sempre claramente declarados – se reveste de uma aparente simplicidade. Paradoxal, porque envolve os chamados eixos saussurianos, vistos, muitas vezes, como antagônicos. O assunto em epígrafe não poderia ser discutido sem mencionar o questionamento de Basilio (2002, p. 364-372) sobre a produtividade lexical:

a dificuldade provém do fato de que a pesquisa de produtividade lexical se esteia fortemente em julgamentos de aceitabilidade e interpretação de formas não existentes; ora, não podemos testar um *corpus* e as ocorrências nele verificadas podem ser oriundas diretamente de uma lista de entradas lexicais. [...] as evidências com que podemos lidar são, portanto, de ordem indireta e de difícil obtenção. Por um lado, a eventual ocorrência de afixos deslocados de suas combinações costumeiras; por outro, ocorrências de construções não-dicionarizadas, tomada a não-dicionarização, na falta de critério mais adequado, como evidência do caráter neológico da formação.

Sendo a produtividade entendida como quer Aronoff (1976), ou seja, a possibilidade de uma regra de formação de palavras (RFP) produzir novos itens lexicais, conclui-se que uma regra improdutiva tem sua aplicação limitada a uma lista de bases em que ocorre. Na prática, contudo, segundo Basilio, há uma ambiguidade no uso do termo, uma vez que por *produtividade* também se entende a “frequência de aplicação, conforme refletida no número de produtos, abarcando, ao mesmo tempo, os níveis de competência

¹ Agradeço a Sandra A. Ferreira (UNESP/Assis), pela leitura do manuscrito e sugestões, a Nelson Papavero (MZ-USP), pelas inúmeras informações e indicações bibliográficas, fornecidas em seus cursos e livros, assim como a Zwinglio O. Guimarães-Filho (IF-USP), pela confecção de gráficos e tabelas, bem como análises quantitativas utilizadas pelo *Grupo de Morfologia Histórica do Português* (GMHP-USP).

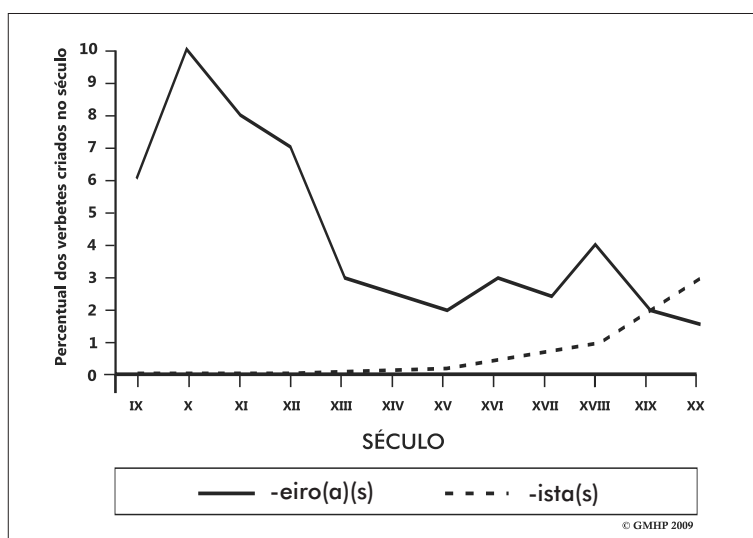
e desempenho”. Urge, assim, atentar para uma distinção entre a produtividade e as condições de produção (que podem ser de ordem variada), separando os elementos produtivos/improdutivos dos elementos mais ou menos operantes. Uma *forma possível* ao mesmo tempo inclui formas não existentes no léxico e exclui *formas existentes*, dado que o léxico é um “depósito de produtos, heranças e empréstimos e, portanto, não reflete a situação sincrônica da produtividade dos processos lexicais” (BASILIO, 2002).

Além disso, o termo técnico *produtivo* contém uma incômoda polissemia, como observaram as análises do *Grupo de Morfologia Histórica do Português* (GMHP-USP, site: www.usp.br/gmhp). Nem todas as palavras criadas e usadas num século serão herdadas pelo século seguinte: algumas simplesmente são abandonadas. Conhecer o número dessas palavras abandonadas e sobreviventes é possível a partir de uma lista obtida em dicionários etimológicos nos quais podemos encontrar alguma informação com relação à sua primeira abonação. Os fatores que participam da integração da palavra ao léxico da língua são parcialmente compreendidos, de modo que a aceitação/abandono dos neologismos parece – no atual estado das pesquisas – mera obra do acaso. Como diacronicamente é preciso trabalhar com duas etapas no mínimo, só é possível, na prática, fazer uma avaliação de produtividade sufixal com a sincronia atual e uma sincronia pretérita ou com duas sincronias pretéritas. Uma diacronia que pretendesse estabelecer o seu *terminus a quo* no presente teria que, estranhamente, prever o futuro, o que é sabidamente impossível.

Alerte-se para o fato de que, em qualquer recorte sincrônico de qualquer época de qualquer língua, teremos o fenômeno da *convivência sincrônica* de dados formados em sincronias pretéritas. Por exemplo, sabemos que no português do século XXI estão disponíveis aos falantes algumas formas como *guerreiro* (já testemunhada no séc. XIII), *lisonjeiro* (séc. XV) e *hospedeiro* (séc. XVIII), todas convivendo na sincronia atual. Com isso, voltamos à situação heterogênea do léxico. Se pensarmos num número igual à quantidade de itens criados em cada sincronia, somado aos sobreviventes da sincronia anterior (ou seja, todos os itens, menos os que se tornaram arcaísmos), porém, não teremos, de fato, o que se chama *produtividade*. Essa quantidade deveria, portanto, ter um nome distinto, para evitar-se a confusão terminológica. Propusemos, para tal dado, o termo *prolificidade* (VIARO, 2006). Se, diacronicamente, o número de arcaísmos for constante, ao representarmos a prolificidade num gráfico composto apenas de palavras sincronicamente válidas, teremos *sempre* uma curva crescente. Isso, porém, é ilusório, pois não reflete a realidade do que ocorre na língua: as palavras não abonadas são perdidas para sempre e não podem entrar no cômputo para avaliarmos se existem quedas reais de prolificidade. Longe de ser pouco útil, o fenômeno da prolificidade, assim como a frequência de uso, é a peça-chave da neologia, uma vez que a capacidade gerativa da produtividade necessita dela, sem a qual não há razão para ser gerativa. A prolificidade, associada à frequência de uso, é o verdadeiro mecanismo paradigmogênico que promove a produtividade. Sob a ótica humboldtiana, a produtividade seria a *énéргеia*, enquanto a prolificidade seria o *érgon*, mas, em diacronia, mecanismos de fundo psicológico como a analogia mostram que esses elemen-

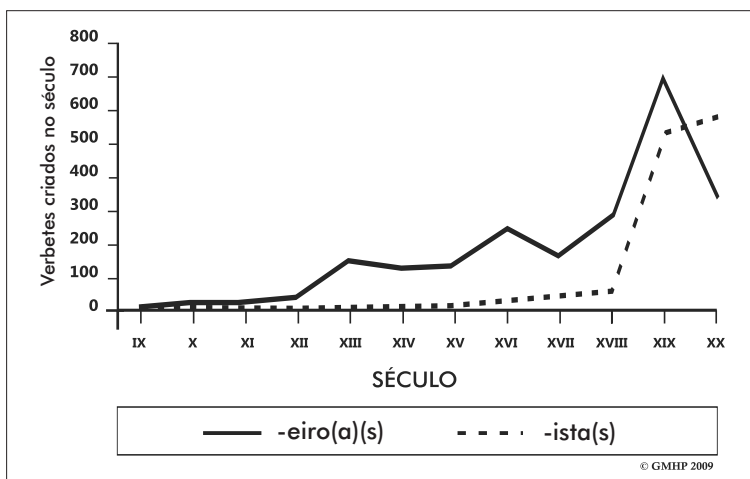
tos paradigmogênicos alavancam a *enérgeia*. Se pensarmos que produtividade é a *capacidade de ainda se gerarem novos elementos* e prolifidade, a *quantidade de elementos já gerados*, observaremos que a primeira aponta para o futuro, enquanto a segunda, para o passado. Nada impede, porém, que esses termos sejam discutidos conjuntamente. Assim, afirma-se que sufixos como *-engo*, *-isco* ou *-eba* são improditivos (ou pouco produtivos) e ao mesmo tempo são pouco prolíficos. O mesmo se pode dizer do sufixo *-eiro* no seu sentido ‘gentílico’, que sofre a concorrência dos produtivos *-ense* e *-ano*. Um prefixo *cis-* é produtivo e prolífico apenas no jargão da química, assim como o sufixo *-ideo* o é na zoologia. Isso pode fazer confundir os dois fenômenos, mas nem sempre elementos prolíficos são produtivos ou vice-versa. O *-eiro* para profissões atualmente tem alta prolifidade, mas não goza da mesma produtividade de séculos anteriores, pois foi suplantado por *-ista*. De fato, quando estudamos palavras portuguesas criadas no século XV, verificamos que o sufixo *-ista* era ainda pouquíssimo produtivo e que sua produtividade só aumentará, de fato, no século XIX. Já um sufixo como *-eiro*, que tem uma produtividade crescente ao longo do tempo, vem decrescendo sua produtividade geral desde o século XVIII. Os gráficos seguintes foram obtidos por meio dos dados constantes em Houaiss e Villar (2001):

Gráfico 1: Produtividade relativa do sufixo *-eiro(a)(s)* x *-ista(s)*



O Gráfico 1 mostra a *produtividade relativa* do sufixo, dito de outra forma, sua representatividade ao longo dos séculos. Apresenta o percentual de palavras criadas com determinado sufixo em cada século, sobre o total de criações daquele século. No entanto, dado um sufixo qualquer e o total de criações (pancronicamente falando), pode-se obter a *produtividade absoluta* de cada sufixo em cada século, como no Gráfico 2 abaixo. Nesse caso, também se revela a queda de *-eiro* face à progressão de *-ista*.

Gráfico 2: Produtividade absoluta do sufixo *-eiro(a)(s)* x *-ista(s)*



Sufixos eventualmente usados em gírias de grupos muitas vezes têm alta produtividade, mas baixa prolificidade (como é o caso de *-érrimo*). Muitas vezes isso é um efeito de estilo, como podemos flagrar nos textos de Juó Bananére, que, por exemplo, usa com bastante frequência o pseudossufixo *-imo*: *animo*, por *ano*; *viaduttimo*, por *viaduto*; *mesimo*, por *mesmo*; *barrimo*, por *bairro* etc. Também pode haver elementos produtivos e prolíficos. Neste grupo talvez devêssemos colocar as terminações regulares da morfologia flexional. Alguns sufixos têm produtividade tão alta que tornam vaga a diferença entre flexão e derivação. Mesmo uma altíssima produtividade não garante uma alta prolificidade futura (como ocorreu com o sufixo latino *-iculus*). Na área da derivação, produtividades com capacidade gerativa de 100% só ocorrem quando não há concorrência semântica: é o caso do sufixo *-eiro* para nomes de árvores, que é um elemento derivacional. Desse modo, vê-se que o sentido ‘profissão’ para *-eiro* tem produtividade distinta do sentido ‘nome de árvore’, o que justifica que, à maneira de Aronoff (1976), o entendam como homônimos e não como o *mesmo* sufixo polissêmico.

1 Essência versus método

As afirmações anteriores acerca da produtividade escondem alguns paradoxos. É fácil demonstrar que a produtividade se pode conhecer introspectivamente, ou seja, pela intuição fornecida pela *competência* do falante. Dessa forma, é possível intuitivamente, como falantes do português, separarmos sufixos muito produtivos (*-eiro*, *-ista*, *-inho*), pouco produtivos (*-engo*, *-uço*, *-eba*) e improdutivos (*-ádego*). Essas afirmações têm comprovação de sua verdade, quando consubstanciadas por meio da ferramenta operacional dos *corpora*. Já a prolificidade não é depreensível intuitivamente, uma vez que depende mais de investigações e cálculos *a posteriori*.

Em ciência, sempre há a busca de amplos sistemas dedutivos baseados em formulações gerais, sobre as quais se criam regras particulares, obtidas por meio da introdução

de variáveis, de modo que os casos dissidentes se revelam subcasos do componente geral. Em qualquer construto com escopo universal, é relativamente fácil apontar exceções, uma vez criada alguma lei ou regra universal. No entanto, as exceções quase nunca demolem uma teoria dedutiva, pois essa é, normalmente, comprovável num número colossal de dados. No entanto, as exceções são alavancas para o desenvolvimento científico. Uma teoria, porém, pode tornar-se frágil devido à mudança dos pressupostos epistemológicos, ao acúmulo de exceções, a variáveis desnecessárias e ao excesso de explicações *ad hoc*; no entanto, só deixará de convencer quando for possível substituí-la por outra, totalmente distinta, com maior abrangência. Na história da ciência, uma simples evidência contrária, por mais forte que fosse, nunca derrubou nenhuma teoria. Observando neutramente seu objeto de estudo, um linguista veria que a língua estática é apenas uma miragem dos seus falantes e uma das heranças da perspectiva da gramática tradicional. Isso não quer dizer que não haja aquilo que o saussurianismo chamou de *sincronia*. A sincronia, enquanto conceito teórico é um procedimento científico extremamente válido, mas é, antes de tudo, um método e não um modelo (COSERIU, 1973). Já a história faz parte da própria *essência* da língua, sendo verificável tanto na ontogenia do falante – que fala diferentemente aos três e aos setenta anos –, quanto na filogenia do sistema, pois palavras e estruturas passam, por imitação de indivíduo para indivíduo, de geração para geração, propagando-se de forma lenta, porém mais parecida com os modelos epidemiológicos do que propriamente com árvores genéticas. Tudo que nos faz dizer que estamos perante o mesmo sistema, dados dois indivíduos ou mesmo em duas etapas de vida do mesmo indivíduo, é, na verdade, uma convenção, com base em abstrações de inúmeros fenômenos. Desse modo, não há paradoxo, nem desdouro ao articularem-se sincronia e diacronia: o recorte sincrônico é um método, já a descrição diacrônica flagra a essência de um *ser* específico, denominado língua, a qual, por sua vez, é um objeto unificado pela nossa abstração. Segundo Rio-Torto (1997, p. 215), “no estado actual de uma língua, há aspectos que não necessariamente se confinam ao conhecimento aduzido por uma análise exclusivamente sincrônica”. O contrário também é verdade: quem estuda a diacronia não deve supor que o estudo sincrônico seja dispensável. Pelo contrário, da mesma forma que é preciso abstrair nosso objeto “língua” para começar a entendê-lo, seria preciso abstrair o tempo em que esse objeto ocorre, para estabelecer as etapas válidas em diacronia. No entanto, é necessário não perder de vista que nosso objeto de estudo é fruto dessas abstrações e não a própria realidade, como amiúde ocorre. Rechaçar o conhecimento histórico, como ocorre por vezes na linguística sincrônica, é uma postura isolada em ciência. Equivaleria a um zoólogo fingir desconhecer os resultados da evolução em questões, por exemplo, sobre a fisiologia dos animais. Visar à ignorância, simulando-a como se fosse um homem de Marte, não parece uma postura científica, antes não tem auxiliado o entendimento do fenômeno “língua”. É inevitável observar que a língua real é um fenômeno essencialmente histórico, a menos que a entendamos no seu viés exclusivamente pragmático.

2 Polissemia versus homonímia

Outro aspecto que atrapalha sobremaneira o diálogo entre os linguistas que definem sua postura de maneira radicalmente sincrônica ou diacrônica é a diversidade de conceitualizações. A variação semântica nos termos técnicos é prejudicial em qualquer ciência. Citemos o caso da nomenclatura zoológica: para resolver o inextricável problema dos nomes científicos, estabeleceu-se o ICZN (*International Commission on Zoological Nomenclature*, disponível em <http://www.iczn.org>), órgão internacional que se diz “Responsible for providing and regulating the system that ensures every animal has a unique and universally accepted scientific name”. Em vigor desde 1895, utiliza-se o *princípio da prioridade*, contado a partir de um marco-zero: a data arbitrária de primeiro de janeiro de 1758 (referente ao ano da publicação da 10ª edição do *Systema Naturae* de Carolus Linnæus e da obra *Aranei Svecici*, de Carl Alexander Clerk, artigo §1.3.1), definido e aceito universalmente. Toda uma legislação foi criada a partir das mais complexas situações que surgem. Questões como o país da publicação ou a língua em que foi escrita não contam na valoração de questões adjudicatórias, evitando-se, assim, correntes e modismos e concentrando-se no fato a ser estudado. As decisões em linguística estão muitíssimo longe de algo tão bem organizado, pois o que conta de fato é a corrente em voga, que é facilmente esquecida por outra, mais influente, que porventura surja. Algo semelhante a tal organização em linguística seria um excelente expediente que evitaria o estabelecimento de termos ou sua sinonímia (e conseqüente obscuridade) ao sabor do vaivém das correntes e das arbitrariedades das hegemonias. O que falta, porém, para implementar-se um órgão internacional de nomenclatura linguística é apenas um congresso internacional, se é possível fazê-lo, dado o cipoal de correntes e linhas desenvolvidas, sobretudo no século XX. O maior problema posto pela historiografia é determinar o ponto-zero da linguística: seria Chomsky? Saussure? Humboldt? Monboddó? ou algum autor da Antiguidade (a τέχνη γραμματική de Dionísio Trácio, a *Poética* de Aristóteles ou a obra de Pāṇini)? Uma análise historiográfica levada a cabo, segundo princípios semelhantes ao do ICZN, poderá confirmar que separar *polissemia* e *homonímia* com base numa perspectiva puramente sincrônica, a saber, valendo-se das classes de palavras, como em Câmara Jr. (1977, p. 140), não se tem revelado de grande aplicabilidade sem o auxílio de expedientes *ad hoc*. Tomemos, por exemplo, os sufixos e seu amplo leque de significados: trata-se de polissemia ou de homonímia? Para um observador que não leve em conta as sincronias pretéritas, a coexistência de sentidos gerados em outras épocas dá a impressão equivocada de caos. Por isso houve até os que, por causa disso, postulassem o asemantismo dos sufixos. Obviamente, o falante nativo não consegue reconstruir o passado do código que utiliza. Além disso, o complexo conjunto de sentidos veiculados pelo significado de um sufixo nem sempre é claramente depreensível pelo falante nativo. Dessa forma, não se pode dizer que haja homonímia patente na variação do significado dos sufixos (ARONOFF, p. 1976), uma vez que o conceito de polissemia – no sentido histórico originalmente

dado por Bréal (1897) – é mais aplicável. Perante dois ou mais fenômenos linguísticos homófonos, entendemos, à maneira dos linguistas do final do século XIX e começo do século XX, que há *homonímia* entre aqueles que não são possíveis de remontar a alguma origem comum, por não haver nenhum *terminus a quo* conhecido, detectável ou reconstruível; já na *polissemia* esse elemento comum no passado é defensável.

A distinção ainda é útil para resolver problema cujo papel da intuição do falante não tem grande utilidade. Por exemplo, sabe-se que *-ário* é a forma culta de *-arium*, sufixo latino representado também pela sua forma popular *-eiro*. Isso, porém, é uma simplificação da questão, uma vez que em *-arium* há um problema de convergência de formas, para além da polissemia do sufixo. Assim, palavras em *-ar*, *-are*; *-al*, *-ale* > *-arium*: no *corpus* fornecido pelo dicionário Gaffiot (1934), há sete casos de formas provenientes de *-ar* (*pulvinarium*, *lacunarium*, *gemellarium*, *lupanarium*, *boletarium*, *laquearium*, *ansarium*), dois de *-are* (*collarium*, *altarium*) e dois de *-ale* (*mulctrarium*, *ponderarium*). Outro elemento que contribuiu para o obscurecimento do significado de *-arium* foi a equivalência, motivada por semelhança fonética, de sufixos e terminações gregas. O mais importante de todos foi o sufixo *-άριον*. Uma palavra como *γλωσσάριον* foi transliterada como *glos(s)arium* “glosário”, a qual deu azo a outras formações e a um significado especial de *-arium*, a saber, o de “conjunto de x”. Um sentido homônimo desse sufixo é o de diminutivo: *bolarium* / *volarium* (*βωλάριον*) e, provavelmente, *odarium* (*ωδάριον*) e *spongarium* (*σπογγάριον*). Também a terminação *-άρος* tornada neutra (*siparum*) convergiu para uma forma *siparium*, que tem, portanto, um pseudossufixo. Além disso, também uma forma em *-αρεία*, a saber, *αγγαρεία*, foi importada e entendida como *-aria* feminino (*angaria*) ou como plural, donde se deduziu um pseudossufixo *-arium* singular (*angarium*). Valores locativos de *-arium* podem convergir com de outro sufixo, *-orium*, de diferente origem, fato que se torna bastante evidente perante a (rara) oscilação dos dois, como ocorre em *unctorium* / *unctuarium*. Dessa forma, é necessário, no caso de sobrevivência, ao longo de diacronia, separar o que é de fato homonímico (ou seja, com origens distintas) do que é polissêmico (com mesma origem). Algumas palavras são o que nos resta de alguns sentidos advindos dessas terminações convergentes. Por exemplo, o sentido diminutivo de *-arium* deve-se a um dos sufixos homônimos e não é derivável por polissemia do sufixo latino. Uma palavra como *stillarium* “gotinha”, porém, proveniente de *stilla* “gota” é demonstração de que o significado diminutivo do sufixo grego se encontra já produtivo no período clássico. O mesmo se passa com *corollarium* “pequena coroa”, *lardarium* “pedaço de toucinho”, *olerarium* “legumezinho”. Talvez também seja diminutivo o verbete *ovarium*, embora Gaffiot o considere sinônimo de *ovum*. Obviamente, sufixos homônimos têm, cada um, polissemias independentes: o fato de o diminutivo derivar, nas mais variadas línguas, um significado valorativo positivo (como em *filhinho*) ou negativo (como em *mulherzinha*) e, subsequentemente, esvaziar-se semanticamente de modo completo (como abonam vários étimos do *Appendix Probi* e palavras no português como *sozinho*), também é uma possibilidade em latim. Alguns casos de valorativos: *cibarium* “farinha grosseira”

(← *cibus* “alimento”), *pap(p)arium* “papinha”, *velarium* “cortina do teatro” (← *velum* “vela do navio”), *cerotarium* “ceroto, cerol” (= *cerotum*), *thesaurarium* “tesouro”, *diplomarium* “diploma” etc.

3 O problema das exceções

O outro lado da produtividade é o conhecido problema das exceções. Toda exceção a um modelo científico é uma contradição ao que se declara genericamente pelo modelo e, portanto, sua simples existência o deixa em suspenso e assim fica, até que uma variável seja encontrada, a qual, associada ao modelo, o torne mais refinado. A associação do modelo com a variável deve fortalecê-lo, de modo que deve passar a explicar não somente a exceção, mas também prever vários outros casos descobertos pela primeira generalização. Às vezes, para retirar o modelo da suspensão, em vez de uma variável, introduz-se algum elemento *ad hoc* até o aparecimento de melhor solução, o que, não raro, não ocorre, deixando-se o modelo remendado. No entanto, essa última postura, apesar de funcionar provisoriamente, tem pouco valor científico (HESSEN, 1926; HEGENBERG, 1969). Perante modelos com um número grande de exceções, a epistemologia mostra que inexoravelmente duas soluções se preveem: ou (1) mantém-se o modelo, que se sustenta, por apego ou tradição, por meio de regras *ad hoc*; ou (2) questionam-se os pressupostos, refazendo-os de maneira tão profunda que nada do modelo anterior é aproveitado. Nenhum modelo é perfeito, pois sempre haverá exceções, mas um modelo com número menor de exceções é preferível a um que só se sustente por meio de um número infinito de variáveis e regras *ad hoc*, dando-lhe aspecto de complexidade, como ocorria em muitas questões da escolástica medieval.

Aplicar modelos da sintaxe em morfologia nem sempre é tão adequado quanto se pode pensar. Em alguns pontos, a morfologia se distingue da sintaxe. A geratividade se depara, nos inúmeros modelos que a cercam, com a questão idiossincrática do léxico, que forma já na gramática tradicional as chamadas *lista de exceções* (cf. CHOMSKY, 1970). Dentro de uma sincronia, as exceções são parcialmente explicadas por meio da solução do *bloqueio*, que requer afixos idealmente monossêmicos. Dessa forma, uma vez que uma palavra já existe, bloqueia-se a produtividade do sufixo para aquele radical. Isso seria uma boa solução se a língua não fosse, como alertado pela sociolinguística moderna, um conjunto heterogêneo de sistemas e, portanto, não apresenta a invariabilidade neoplatônica dos modelos seiscentistas e setecentistas, presentes nas chamadas normas cultas, cujos princípios também estão presentes no gerativismo (CHOMSKY, 1959, 1965, 1966, 1975). O argumento a favor de uma produtividade total em morfologia, diferentemente do que ocorre na sintaxe, se restringe a casos específicos, sendo excepcional nas línguas flexivas. Desse modo, regras regularmente aplicáveis, sem concorrência e com poucas restrições, à maneira das que ocorrem, por exemplo, em turco, são raras em português. Por exemplo, para se formar nomes de árvore frutífera, um único sufixo, *-eiro*, é possível hoje e, para

diminutivos, *-inho* desbancou, no português brasileiro moderno, praticamente todos os demais concorrentes. Dessa forma, por causa de sua excepcional produtividade de 100%, é possível não só prever regras contextuais para a alomorfa *-zinho*, mas também a peculiar previsão, em substantivos que designam árvores em *-eiro*, do gênero gramatical, o qual é dependente do gênero do nome da fruta que serve como base. Mas situações como essas são raríssimas em português e o que reina é a longa lista de exceções à maneira tradicional, que é drasticamente reduzida ao se reintroduzirem abalizadores diacrônicos.

Nem todas as exceções têm as características acima detalhadas. Diacronicamente, a terminação *-eiro* de *primeiro* tem o mesmo étimo do sufixo *-eiro* em *abacateiro* ou em *caminhoneiro*. Comumente, porém, não se considera o primeiro caso e os dois últimos são considerados homônimos. Ou seja, casos excepcionais são simplesmente negados em nome de um *recorte sincrônico* pautado no julgamento do falante nativo. No entanto, não é negando-o que a situação se resolverá ou que o conhecimento acerca do sufixo se instaurará. Nenhum mastozoólogo negaria aos monotremados seu *status* de objeto de estudo, por serem excepcionalmente os únicos mamíferos ovíparos atuais. O linguista deve, portanto, introduzir tais casos dignos de investigação, auxiliado pela história, ainda que formem incômodas exceções a seus modelos. O primeiro passo, porém, deve ser necessariamente indutivo. Não só o sufixo *-eiro* de *primeiro* reassumiria, desse modo, sua posição dentro de uma classificação histórico-semântica, mas toda informação recuperável do sufixo latino *-arius* a despeito de participar de outro sistema (VIARO, 2006, 2007). Essa postura pode ser comparada ao comportamento distinto de outras ciências: em mais um paralelo com a metodologia biológica, é fácil perceber que não seria prudente desconsiderar o lobo-da-tasmânia do estudo taxonômico simplesmente pelo fato accidental de ele estar extinto, como se dele não tivéssemos absolutamente nenhuma informação. No entanto, é exatamente isso que se faz muitas vezes em discussões de universais linguísticos: ignoram-se descrições de línguas mortas se essas forem apenas descritas por autores considerados da longa fase “pré-científica”. Desse modo, ignorando-se um dado importante como o sufixo *-eiro* de *primeiro*, colocamo-lo como entre os não existentes. No entanto, em nova contradição, dados realmente não existentes são importantes para a linguística: as criações virtuais de regras produtivas, por exemplo. Elementos de sincronias pretéritas não têm o mesmo *status* de formas agramaticais, portanto, não se justifica sua negação.

A questão da geratividade é particularmente útil quando há grande produtividade de sufixos, mas se revela deficiente com sufixos de baixa produtividade. Seria, supomos, mais adequada se o conceito de *reconstrução do significado no momento da criação* substituísse o de *intuição do falante nativo ingênuo*. No caso dos sufixos, há de se distinguir claramente o significado do sufixo como distinto do significado do radical e ambos distintos dos significados da palavra derivada. Spencer (1991, p. 44) flagra esse fenômeno com outras palavras:

the meaning of a phrase tends to be determined compositionally from the meaning of its component words. However, the meaning of words is not always determined compositionally. In some cases, it is the word as a whole which bears the meaning, and the

relationship between the meaning of the parts and the meaning of the whole word can be obscure.

Ou seja, parte-se do pressuposto já conhecido de que a soma das partes não é a soma do todo, que está em outro nível. Da mesma forma, oxigênio e hidrogênio têm propriedades distintas da água, que é a combinação dos dois. A admirável capacidade de nosso cérebro guardar formas idiossincráticas e o mistério de como isso é organizado é preocupação da linguística cognitiva, que busca novamente suas respostas na psicologia; no entanto, se o escopo da pesquisa é a própria língua e não seu efeito, tal como o taxonomista deve buscar nos fósseis explicações para o porquê de determinados objetos de estudo da morfologia e até da etologia, assim também o linguista deveria voltar-se à fenomenal quantidade de dados para buscar os porquês das idiossincrasias.

A palavra *chuveiro* é perfeitamente segmentável sob uma ótica sincrônica, mas há algo que incomoda na sua análise. Se é fácil ver claramente a base *chuv(a)* e um sufixo *-eiro*, qual seria a paráfrase a ser feita? Se alguém diz que é “objeto por onde sai a água de modo que lembra uma chuva”, tal paráfrase *ad hoc* é demasiadamente longa e única. Em suma, seria um casuísmo indesejável incluir esta palavra juntamente com as de outros objetos como *chaleira*, *cafeteira* etc, que têm paráfrase “recipiente para se ferver chá/café”, abstraindo “recipiente” como equivalente a “objeto” (Y) e “ferver” como equivalente a “parecer-se” (V), de modo a atribuir ao sufixo o significado “Y que V X”, em que X é a base. Por outro lado, essa solução não condiz com uma verdade histórica, uma vez que as primeiras abonações de *chuveiro* remetem a uma chuva forte (sentido ainda verificável diatopicamente) e não a um aparelho. Em Frei Luís de Sousa (1631 Anais de Dom João III) se diz “Cessou aquele espanto e terror; mas logo sobrevêo outro, que foi um chuveiro de água tao grossa e tao extraordinária”. Em suma, quando a palavra foi criada, *chuveiro* tinha o mesmo sentido do sufixo de *nevoeiro*, ou seja, “X intenso”. Dessa forma deveria proceder um modelo linguístico que prezasse a explicação de seus valores semânticos, para evitar a solução *ad hoc*, ou seja, levando em conta o momento da criação e não um significado qualquer, obtido mediante introspecção. O fato de assim não ser feito se dá ou porque o analista não conhece esse significado (e assim respeita exclusivamente a sua intuição de falante) ou porque o considera anacrônico, por estar numa época que julga passada, a despeito de haver falantes (normalmente de menor prestígio social) que usem a palavra na sua primeira acepção.

Uma palavra sufixada, numa dada sincronia, com um *hápax* semântico não é prova do assemantismo ou de excesso de arbitrariedade semântica dos sufixos, mas um fato a ser investigado. Outras ciências, como a astronomia, não assumem um discurso de desistência pelo fato de seu objeto ser, em grande parte, inescrutável. Fizeram-se recortes incompreensíveis na investigação semântica ou histórica das línguas, pouco depois de uma época de admiráveis avanços da linguística, como o final do século XIX. Essa desistência tomou feições metodológicas e foi rapidamente assumida de maneira quase

universal, dada a maior facilidade com o manuseio dos dados. A paráfrase de cada elemento, com fins a uma relação de sentidos que revele a polissemia sufixal, deve ser feita, tendo-se por base exclusivamente o momento de sua criação. Muitas vezes, um sentido está presente num único testemunho, apesar de, na época de sua criação, ter havido certa produtividade. Há algum paralelo entre esse fenômeno e a mastozoologia: o *aardvark* é o único representante da ordem dos tubulidentados, embora tenha havido outras espécies em outros momentos da evolução. Em nenhum momento, esse animal é descartado das considerações sobre evolução.

4 O conceito de *competência*

Um método caro à linguística gerativa é a questão da competência do falante para julgar sobre sua própria língua. Ora, isso é perfeitamente possível dentro de uma perspectiva estritamente sincrônica, uma vez que o falante continuamente toma decisões na decodificação, pautado justamente nessa capacidade que tem, em última instância, suportes cognitivos. Chomsky (1965, p. 4-5) define *competência* como “the speaker-hearer’s knowledge of his language”. Dessa premissa deriva a sua definição de *gramática*, a saber, “a description of the ideal speaker-hearer’s intrinsic competence”. Em outra obra, após a mesma formulação, explica que “we may [...] think of the study of competence as the study of the potential performance of an idealized speaker-hearer who is unaffected by such grammatically irrelevant factors” (CHOMSKY; HALLE, 1968, p. 3). Nos anos seguintes, questionaram-se os ideais tradicionais presentes nos pressupostos chomskyanos e seu falante-ouvinte ideal: as comunidades não são homogêneas, os falantes não têm conhecimento integral da língua, a memória tem restrições, sem falar da importância para um modelo cognitivo da linguagem da atenção, dos lapsos e das crenças. Paralelamente, o conceito chomskyano de competência deu ao falante poderes inéditos, como o julgamento da *gramaticalidade*, nem sempre facilmente distinguível da *interpretabilidade* (CHOMSKY, 1957). A *gramaticalidade*, segundo o gerativismo, pertence ao estudo da competência, enquanto a *aceitabilidade* se restringe à *performance* (CHOMSKY, 1965). O julgamento da gramaticalidade instaurou uma nova metodologia, mas, apesar de ser útil para diversos fins, tornou-se um dos pressupostos incompatíveis com a perspectiva diacrônica. Da mesma forma que a experiência pessoal do biólogo com seus animais de estimação não é de grande utilidade para questões taxonômicas, o que o falante sabe sobre sua língua, na verdade, não importa, pois isso só mediria o seu grau de domínio do código ou talvez alguma dimensão de sua reflexão sobre a metalinguagem vigente. O linguista deveria ter um grau de distanciamento em relação ao seu objeto de estudo como qualquer outro cientista, sob pena de nele fazer transferências ou injunções. Nos anos que antecederam o gerativismo, tal postura era, até mesmo, posta sob suspeição: “the decision rests with the native speaker of the language, and to this extent the description of any language will be subjective” (NIDA, 1949, p. 56-57). De fato, o falante é apenas um observador de

sua língua, sem nenhum conhecimento para além da sua experiência e pode, involuntariamente, falsear muitas conclusões, como amiúde se vê nos testes de gramaticalidade ou em questões etimológicas. Rigor associado a método falho não gera aprimoramento, apenas mais evidências de sua limitação. Sob a ótica de quem quer flagrar a língua *per se*, a opinião do indivíduo falante deveria contar pouquíssimo, pois, para esse pesquisador, nem sempre a comunicação é que está em questão, mas as estruturas da língua e seu funcionamento, os quais não foram criados todos ao mesmo tempo. A *língua* enquanto “fenômeno complexo que funciona com a finalidade comunicativa intra- e intersubjetiva” e a *língua* enquanto “código herdado e transmitido com modificações imperceptíveis para seus usuários” podem ser, aliás, objetos de estudo distintos. Uma ciência que se dedicasse à primeira procuraria decifrar como se dá a comunicação e a cognição, poderia prescindir da diacronia e focaria a pragmática, ao passo que uma ciência voltada à segunda buscaria explicar o funcionamento e a estrutura do código linguístico e, para tal, não prescindiria jamais de dados históricos. Tais ciências seriam tão distintas como o são a Medicina e a Biologia, mas não coincidem com a visão saussuriana, antes se aproxima da humboldtiana. Mesmo que se fizesse uma separação radical das ciências, motivada por objetos de estudo tão distintos, não justificaria, porém, ignorância mútua, da mesma forma que química e física precisam dialogar em seus modelos. Se o entendimento do funcionamento da fotossíntese é interessante, mas inútil para um zoólogo, o mesmo não se pode falar de estudos comuns a plantas e animais, como a citologia. Por mais caro que seja o conceito de competência a questões sincrônicas, não se ajusta a questões diacrônicas e, em particular, para estudos sobre a produtividade. Forçar uma síntese, nesse caso, gera contradição, provocando, por vezes, a sensação de *non sequitur* nas argumentações.

5 A produtividade nos eixos saussurianos

Conceitos como nomes, verbos, derivação, sufixos e desinências foram herdados da gramática tradicional, reformulados e redefinidos pelas teorias exsurgentes. O instrumental, portanto, de boa parte da linguística sincrônica ou diacrônica deve-se à gramática tradicional. Na historiografia, portanto, se devem procurar os pressupostos sobre os quais se erigem teorias linguísticas e seus inúmeros modelos. Como vimos, há muitas formas de entender a produtividade, mas raramente as divergências epistemológicas são elucidadas e, por isso, não é difícil confrontar-se com paradoxos.

Se a língua, por definição, fosse um léxico com algumas regras, nenhum movimento na língua deveria ser perceptível, para além da geratividade sentencial. Dessa forma, a ideia de *derivação* em morfologia seria, por si só, paradoxal e discutir questões como a da produtividade nem ao menos faria sentido. Se, porém, nessa língua se admite a derivação, mas não a transformação diacrônica, o escopo de tal modelo aparentemente só satisfaz problemas de línguas mortas ou de línguas artificiais, pois a cada novo elemento lexical, sempre se aplicariam as mesmas regras. Ora, as línguas reais vivas alteram-se com

o tempo e acumulam, de modo estocástico, todo tipo de regra, produtiva ou não: além do léxico e das regras, é preciso crescer o fenômeno da divergência, que é verificável sincronica- e diacronicamente, respectivamente pela sociolinguística e pela linguística diacrônica. É bastante conhecida a passagem dos modelos de *item e arranjo*, para os de *item e processo* e, por fim, os de *palavra e paradigma* (SPENCER, 1991, p. 49-56); no entanto, não deveria ver-se nessa sequência nenhum progresso (aliás, ela sequer é uma cronologia), o que pode fazer confundir a passagem do tempo com uma evolução do saber. À medida que se aceitavam as transformações, abandonava-se a visão diacrônica. Perante pares como *groom/bridegroom*, *sand/sandblind*, *fake/fakir*, *noise/noisome* etc, Nida (1949, p. 56-57) afirma que “such data are in conflict with the history of language, but are pertinent to a descriptive analysis”. Nem sempre, entre os adeptos da sincronia exclusiva, contou-se com posturas tão assumidas: Nida, sem negar a história, não considerou a história apenas por finalidades práticas. A integração entre história e descrição é buscada hoje com empenho, mas sem muita revisão de conceitos, talvez por ainda haver poucos pesquisadores que transitem confortavelmente nos dois campos. A transformação, do ponto de vista diacrônico, só pode ser deduzida a partir de dados, tal como ocorre com a paleontologia. Qualquer outro tipo de transformação é puramente hipotética. Dito de outra forma, a transformação só faz sentido num modelo linguístico, se obtida por indução: não se confunde, portanto, com o método da reconstrução de etapas, que é obtido por dedução. O pressuposto da competência equivale à introdução de um elemento subjetivo altamente poderoso, como o bom-senso: algo inédito em qualquer ciência. É do bom-senso que seres com mesmo formato sejam classificados juntos, mas a biologia, contrariamente à nossa intuição, alicerçada pela teoria dedutiva da evolução, concluiu que focas, peixes-bois e baleias são mamíferos; que tubarões são condrícteos; que sardinhas são osteícteos; que pinguins são aves, para não citar diversos répteis marinhos pré-históricos (como o *Ichthyosaurus*). A verdade científica normalmente busca transpor o bom-senso. Insetos podem parecer semelhantes para um olhar não especializado, por causa de certas características pontuais, embora essas características revelem, muitas vezes, evoluções distintas. A similaridade, nesse caso, se deve a homoplasias por convergência. Desse modo, tais características podem aparecer em espécies distintas ou mesmo em famílias ou ordens distintas, pois é a evolução dos caracteres que conta e não os caracteres em si. Por exemplo, entre os insetos, os mantídeos, os mantispídeos e os efridídeos dos gêneros *Ochthera* e *Stenochthera* desenvolveram independentemente uma função raptorial do primeiro par de patas que lhes confere uma aparência similar, contudo, tais insetos pertencem a ordens totalmente distintas e não são aparentados. Numa postura científica, não se deve levar em consideração o epifenômeno da aparência, apesar de ele nortear a cognição humana, mas elementos mais significativos, muitas vezes semiocultos aos nossos sentidos e à nossa atenção (no caso da biologia, a estrutura interna, a ontogenia, a genitália). Dito de outra forma, o que conta é o *objeto* e não o *sujeito* percipiente. Da mesma forma, para verdades gerais, a língua deveria ser entendida, antes de tudo, em sua essência diacrônica. Para tal,

a opinião dos seus usuários tem pequena participação, uma vez que apenas as herdaram e raramente as alteram, sob a punição da incompreensibilidade. Para atingir tais verdades, é necessário investigar fontes ou fazer testes, não usar a introspecção.

Sabe-se que uma mudança estrutural não é alavancada por um único indivíduo, mas deve ser consensualmente considerada um elemento da competência para um conjunto de indivíduos. A difusão de novos elementos lexicais é completamente imprevisível, pois obedece a princípios pouco esclarecidos. Numa teoria da difusão, há de se levar em conta, por exemplo, a estilística e, nos fenômenos mais atuais, não se desconsidera o advento dos poderosos meios de comunicação contemporâneos. É misterioso saber por que um certo neologismo tem grande aceitação repentina e outro não. Se a geração nunca é *ex nihilo*, deverá haver sempre algum modelo prévio sobre o qual são gerados os termos novos. E o sucesso de uma palavra nova, sua expressividade e difusão, é quase sempre o indício de que não ficará isolada e que, por sua vez, servirá de *molde* para outras (VIARO, 2007).

Em morfologia, a produtividade, para ser entendida, necessita de uma aproximação com o fenômeno da diacronia. O falante nativo, pautando-se no seu falho julgamento baseado no bom-senso, tem direito de afirmar – erroneamente –, por exemplo, que uma palavra da linguagem coloquial é um neologismo (por exemplo, *legal* no sentido de “muito bom”), mas um linguista – enquanto cientista da linguagem – não deveria fazê-lo jamais, pois demonstraria incúria. Assim, dada a dificuldade de se lidar com a produtividade na sincronia atual, estabelece-se, por definição, que um neologismo é um elemento não dicionarizado ou com baixa frequência no *Google*, contudo, isso é pouco para revelar-nos o fenômeno.

Conclusão

Para ser justo com a pesquisa linguística e com seu desenvolvimento, dever-se-ia pensar em quanto realmente os novos modelos superam os anteriores, para verificar se, de fato, propaladas evoluções são procedentes ou parciais. Com respeito à questão da produtividade, há todo um trabalho por fazer nesse sentido. Todos sabemos que o trabalho feito pelos historiógrafos não é pequeno e que nos tem revelado nomes esquecidos e grandes surpresas. Na maior parte das vezes, porém, a figura do precursor é mera curiosidade. Forma-se, assim, um panteão de supostos pais da linguística ou marcos de cientificidade, cujas ideias invariavelmente organizariam o caos anterior. As ideias de tal modo estão ligadas a seus autores e esses a seus discípulos que, dificilmente, há espaço para novas revoluções. A hegemonia deste ou daquele país também tem sido fundamental para a aceitação das ideias, o que é epistemologicamente problemático. No entanto, a cada momento se declarava que a cientificidade estava mais em foco do que no momento anterior. Para piorar, muitas vezes, a crença na *evolução* das ideias é, ao mesmo tempo, desculpa e razão para essa atitude, endossada por manuais parciais de historiografia, precários,

quando não tendenciosos, sobretudo as do pós-guerra. O estabelecimento de semelhante ao ICZN, acima descrito, é extremamente necessário.

Algo parecido já foi tentado (BLOOMFIELD, 1926), mas a aceitação unânime de ferramentas imprescindíveis aparentemente só funcionou, até agora, com o IPA. Sem as definições, é impossível saber se os autores tratam do mesmo fenômeno ou não. É difícil também, sem elas, questionar a polissemia dos termos técnicos, tão prejudicial quanto a proliferação de termos novos desnecessários. O relativismo sempre é invocado nesses momentos, deixando-nos imunes a ver boas propostas. Também não é raro ouvir entre nós, informalmente, frases como “eu não acredito nessa teoria”, como se teorias científicas fossem, de fato, uma questão de fé. Uma teoria é válida quando, a partir de pressupostos (epistemologicamente aceitos por muitos na época de sua criação), erige, por dedução, um sistema cuja aplicação é possível para um grande número de fatos. Nenhuma teoria é infalível, de modo que as exceções se explicam por meio de variáveis regularmente aplicáveis quando não acionadas por um mecanismo que as impulse. Desse modo, parte-se, muitas vezes, de situações ideais evocadas pelos pressupostos e de modelos que só dão resultados a contento quando são aplicadas as variáveis de maneira previsível. Tudo isso impulsiona a ciência à procura de novos modelos, novas variáveis ou, mais raramente, novos pressupostos. Mesmo leis universais da física não seriam válidas se não fossem as variáveis. Mesmo assim, os modelos têm falhas e essas intrigantes exceções podem ficar sem respostas ou – o que é comum na nossa área – cria-se uma explicação *ad hoc*, que é, na verdade, uma variável exclusiva para aquela exceção que não se adapta ao modelo teórico, quando não a toda a teoria. O acúmulo de explicações *ad hoc* fragiliza o modelo, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, lhe dá ares transcendentais, se o ceticismo é evitado.

Nenhuma teoria é comprovável, pois se o fosse, seria um fato e não um construto. No século XVII, um grande problema era o de como Noé teria levado todos os animais do mundo numa arca com as dimensões apresentadas na Bíblia (aproximadamente 198m. de comprimento, 33m. de largura e 19,8m. de altura). A miríade de animais que povoavam os museus, advindos da América, África e Ásia contradiziam o dito bíblico. A explicação dada pelo jesuíta alemão Athanasius Kircher, na sua obra *Arca Noe in tres libros digesta* (Amsterdam: Joannis Janssonium à Waesberge, 1675), foi bem recebida. Sua argumentação: os animais aquáticos não precisavam obviamente ser levados na arca, tampouco os anfíbios e os invertebrados, por exemplo, eram grande problema, pois nasciam por geração espontânea, coerentemente com o que se acreditava na época, portanto, deveria haver uma explicação, sobretudo, para a diversidade de mamíferos e aves. Desses, muitos animais relatados pelos antigos hoje não existem mais. Noé teria, portanto, levado apenas esses arquétipos que, uma vez estacionada a arca, se cruzaram entre si, dando geração aos animais atuais. Por exemplo: a girafa proviria do cruzamento do camelo com o pardo (animal citado por Plínio), da mesma forma a marmota seria o cruzamento do esquilo com o texugo; o tatu, do ouriço com a tartaruga; o leopardo, do leão com o pardo etc. A lista total necessitava apenas de 196 espécies, as quais podiam perfeitamente ser levadas

por uma arca com as dimensões bíblicas (PAPAVERO et al., 1997). O modelo era perfeito para a época. Era elegante, ademais, pois não invalidava a Bíblia e a unificava com Plínio e outras autoridades pagãs. Posteriormente ao se verificar, contudo, a esterilidade dos híbridos e a falácia da geração espontânea, a hipótese de Kircher se tornou insustentável. Uma teoria provada como errada não consegue ser infinitamente remendada por argumentos *ad hoc*. Num determinado momento, todos seus pressupostos foram questionados e foi isso que ocorreu com o advento da teoria de Darwin-Wallace (1859), quando a própria existência da arca foi posta em xeque.

Não faltam pressupostos antagônicos em linguística, o que torna alguns modelos incompatíveis. Neles, há número demasiadamente grande de argumentos *ad hoc* que forcem a todo custo o funcionamento do modelo para explicar um caso dissentâneo, embora deixe descoberto um número muito grande de outros. É, por exemplo, o caso da consoante abstrata /x/ utilizada no modelo de Chomsky e Halle (1968) e discutida por Kiparsky (1973). Desse modo, é fácil entender por que se afirma não “acreditar” neste ou naquele modelo: isso só é possível de fato onde reina a fé. Contudo, teorias se erigem idealmente sobre uma lógica cujos elementos e regras são predefinidas, os quais se alicerçam em pressupostos implícitos, mas consensualmente aceitos. Pressupostos unanimemente assumidos pelas correntes necessitam ser questionados somente quando, ao lado das regras de ampla validade, há abuso de elementos *ad hoc*, normalmente introduzidos como uma espécie de *deus ex machina* para salvar a teoria.

Para uma morfologia histórica, é de relevância não só a história das classes, mas também a de cada unidade morfológica, a qual pode perpassar sistemas diacronica- ou diatopicamente. Por mera questão metodológica, é secundária qualquer compreensão de como ocorre a reunião desses elementos, numa sincronia qualquer, para os fins comunicativos do código a que serve. Desse modo, o papel da competência do falante-ouvinte ideal nem se apresenta entre seus pressupostos. A investigação semântica desses elementos, porém, necessita de descrições sincrônicas, que são *in fine* construtos ideais, mas não a língua *per se*. Essas descrições devem, porém, coincidir com reconstruções de sincronias pretéritas, se for o caso. Hoje vemos trabalhos em que as perspectivas sincrônica e diacrônica convivem, sem que, necessariamente, os modelos – chamados, algo abusivamente, de “teorias” – fundamentem convincentemente a morte do seu precursor. Isso se dá porque esses eixos não são apenas modos distintos de encarar um mesmo objeto de estudo. Pelo contrário, os eixos revelam *objetos* completamente distintos. Os modelos que prescindem da diacronia parecem mais adequados à comunicação e à compreensão da cognição, portanto, à pragmática. No entanto, para entender o funcionamento do código, para fazer acuradamente a descrição de sua estrutura, bem como para entender a neologia e a produtividade, o elemento diacrônico é imprescindível, sob pena de, não agindo assim, referir-se a um objeto ideal qualquer e não à língua *per se*. O salto da indução para um modelo dedutivo ainda não se efetivou. No entanto, uma nova linguística que focalize a essência do fenômeno chamado “língua” e não o que simplesmente pensamos sobre

ela, na qualidade de seus usuários, deverá surgir dialeticamente por entre as escolas, com metalinguagem e método próprio, questionando posturas dogmáticas, restaurando ideias perdidas e alertando para a ineficácia de alguns métodos correntes.

Referências

- ARONOFF, Mark (1976). *Word formation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: MIT.
- BASILIO, Margarida (2002). O estudo da morfologia no português falado: condições de produtividade e condições de produção. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). *Gramática do português falado. III: abordagens*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 364-372.
- BLOOMFIELD, Leonard (1926). A set of postulates for the science of language. *Language*, n. 2, p. 153-164.
- BRÉAL, Michel (1897). *Essai de sémantique (science des significations)*. Paris: Hachette.
- CÂMARA JR., Joaquim M. (1977). *Dicionário de lingüística e gramática referente à língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- CHOMSKY, Noam (1957). *Syntactic structures*. La Haye: Mouton & Co.
- CHOMSKY, Noam (1965). *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT.
- CHOMSKY, Noam (1966). *Cartesian linguistics: a chapter in the history of Rationalism thought*. New York: Harper & Row.
- CHOMSKY, Noam (1970). Remarks on nominalization. In: JACOBS, Roderick A.; ROSENBAUM, Peter S. (Ed.). *Readings in English transformational grammar*. Waltham/Toronto/London: Ginn and Company. p. 184-221.
- CHOMSKY, Noam (1975). *Reflections on language*. New York: Pantheon.
- CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris (1968). *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row.
- COSERIU, Eugenio (1973). *Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio lingüístico*. Madrid: Gredos.
- GAFFIOT, Félix (1934). *Dictionnaire latin-français*. Paris: Hachette.
- HEGENBERG, Leonidas (1969). *Explicações científicas*. São Paulo: Edusp/Herder.
- HESSEN, Johannes (1926). *Erkenntnistheorie*. Bonn: Ferdinand Dümmler.
- KIPARSKY, Paul (1973). 'Elsewhere' in Phonology. In: ANDERSON, S.; KIPARSKY, Paul (Ed.). *Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- NIDA, Eugene A (1946²). *Morphology: the descriptive analysis of words*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante M.; LLORENTE-BOUSQUETS, Jorge (1997). *História da biogeografia no período pré-evolutivo*. São Paulo: Plêiade/FAPESP.
- RIO-TORTO, Graça M. O. S. (1993). *Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos*. Tese de Doutorado. CELGA, Universidade de Coimbra.
- ROCHA, Luiz C. A. (1998). *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG.
- SAID ALI, Manoel (1921). *Lexeologia do português histórico*. São Paulo: Melhoramentos.
- SPENCER, Andrew (1991). *Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar*. Cambridge: CUP.

VIARO, Mário Eduardo (2006). Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro*. *Estudos lingüísticos*, n. 35, p. 1443-1452.

VIARO, Mário Eduardo (2007). Estudo diacrônico da formação e da mudança semântica dos sufixos *-eiro/-eira* na língua portuguesa. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis et al. (Ed.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo: Cultura Acadêmica. p. 45-84.